

Esquerdas fracas sofrem seis derrotas consecutivas

ROBSON BARENHOS

BRASÍLIA — A rejeição da tese de que a Assembléia Constituinte pode alterar gradualmente a atual Constituição, desprezando o Congresso e a promulgação integral da futura Carta, determinou ontem a sexta derrota consecutiva dos parlamentares autodenominados "progressistas" ou "de esquerda". Desde domingo, as sucessivas sessões da Constituinte definem com absoluta clareza a ampla maioria formada pelos parlamentares identificados como "conservadores" e "de centro".

A esquerda ainda não conhece exatamente o seu tamanho, mas a maioria dos constituintes já relegou à condição de simples bloco do barulho o conjunto de representantes daquele segmento.

Os parlamentares progressistas ou de esquerda,

que estavam entre os defensores da tese do funcionamento exclusivo da Constituinte, amargaram sua primeira frustração na manhã de domingo, quando o Senado elegeu sua Mesa Diretora. Foi parcial essa primeira derrota — grande parte dos defensores da "Constituinte exclusiva" queria apenas a prioridade da Assembléia sobre as atividades da Câmara e do Senado, o que é provável.

A segunda batalha foi travada na eleição para a Presidência da Câmara, na qual os progressistas jogaram seus votos majoritariamente em Fernando Lyra, contra o Deputado Ulysses Guimarães. Ulysses venceu com vantagem de 144 votos. Um dia depois da instalação da Constituinte, mais duas derrotas: o PCB e o PT queriam evitar que os senadores eleitos em 1982 participassem da Constituinte e, ao lado do PC do B e do PDT, patrocinaram a

candidatura de Lysâneas Maciel à Presidência da Assembléia.

A proposta de excluir os senadores da formulação da futura Constituição foi repelida pelo plenário: 394 votos contra 126. A antecandidatura de Lysâneas Maciel (PDT-RJ) foi liquidada por uma diferença de 365 votos. Deu 452 contra 69.

Ontem somou-se a essas quatro batalhas nova luta perdida: a proposta formalizada na véspera pelo Deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PR), em favor da substituição gradual dos atuais dispositivos constitucionais pela Assembléia e não pelo Congresso, virou matéria de arquivo.

Os progressistas já devem saber que terão na Constituinte espaço para lutar. E que faltam muitos votos para vencer as lutas. O risco de isolamento está mais próximo do que a perspectiva de aprovação de suas propostas.